



Fundador: Adolpho Perchon
Setembro de 1942
Diretor Resp.: Miguel Eduardo Torres

www.metalurgicos.org.br

Jornal o metalúrgico

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos
de São Paulo e Mogi das Cruzes

FILIADO À:



ACESSE E CURTA /MiguelTorresFS

Novembro de 2017 - Edição Extra

LUTAR E RESISTIR ATÉ A LEI CAIR

Sindicatos e Trabalhadores precisam debater, até a exaustão, o que é a Lei 1346/17, da reforma trabalhista, que entrou em vigor no dia 11 de novembro, e o quanto ela vai mexer com a vida dos trabalhadores, no presente e no futuro, e mudar as relações de trabalho. **ESSA LEI É MUITO PERVERSA.**

Ela muda as regras da jornada de trabalho, férias, dos

**NENHUM
DIREITO
A MENOS!**



contratos de trabalho, limita a representação dos sindicatos e dificulta o acesso dos trabalhadores à Justiça.

Ela tira direitos básicos e essenciais às condições de trabalho. Diz que o que for negociado direto com o empregado vale mais que o acordo coletivo. Para impedir que seja aplicada pelas empresas, só a luta e a resistência para derrotá-la.



“ O trabalhador precisa estar junto com o seu Sindicato e ajudar a fortalecer essa luta. Até porque, a lei não vai gerar empregos de qualidade. Vai, sim, precarizar cada vez mais os direitos dos trabalhadores, com redução de salário, aumento da jornada de trabalho, fim dos acordos coletivos.

MIGUEL TORRES
Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos
de São Paulo e Mogi das Cruzes e da CNTM e
vice-presidente da Força Sindical

VAMOS REAGIR, RESISTIR, DENUNCIAR E PARAR AS EMPRESAS!



FIQUE ATENTO(A)!

Se a sua empresa quiser aplicar a lei, chamar você ou algum colega de trabalho pra negociar individualmente, sem a presença do Sindicato, denuncie para o diretor ou assessor responsável pelo trabalho sindical junto à empresa.

DIRETOR(A) – SEDE SÃO PAULO

ADNALDO 3388-1047/1052
ADRIANO LATERI ... 3388-1120/1122
ALEMÃO 3386-9988 / 9989
ALSIRA 3388-1193 / 1172
BIRO 3386-9986 / 9987
BOMBEIRINHO 3388- 1021/1041
CARLÃO 3388-1202 / 1205
CEARÁ 3388-1130 / 1134
CHICO PANÇA 3386-9962 / 9963
CRISTINA 3386-9973 / 9959
CURIÓ 3388-1169 / 1179

DONIZETI 3388-1240 / 1241
EMERSON 3386-9998 / 9999
ERLON 3388-1198 / 1199
GERMANO 3386-9994 / 9995
JAMANTA 3386-9990 / 9991
JESUS 3386-9978 / 9979
JOSÉ LUIZ 3388-1023 / 1043
JOSÉ SILVA 3388-1213 / 1223
JOSIAS 3386-9968 / 9969
LOURIVAL 3388-1123 / 1124
MALA 3388-1016 / 1036

MALOCA 3388-1142 / 1143
MAURÍCIO FORTE .. 3386-9984 / 9958
MIXIRICA 3386-9976 / 9977
NELSON 3388-1116 / 1136
NINJA 3386-9996 / 9997
NIVALDO 3388-1020 / 1040
PORFÍRIO 3386-9992 / 9993
RODRIGO 3386- 9982 / 9983
RUBENS 3388-1019 / 1039
SALES 3386-9966 / 9967
SONETE 3388-1125 / 1050

TECO 3388-1069 / 1096
TITO 3386-9964 / 9965
UÉLIO 3386-9974 / 9975
YARA 3386-9958 / 9957

DIRETOR(A) SUBSEDE MOGI DAS CRUZES

ESTER 4699-8707 / 8709
PAULÃO 4699-8703 / 8704
SILVIO 4699-8706 / 8707

PROCURE O SEU SINDICATO!

AS MUDANÇAS NA LEI

REPRESENTAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO

A empresa poderá formar comissão de funcionários sem participação do Sindicato e só negociar com ela.



JORNADA PARCIAL

Pode ser de até 30h semanais, sem hora extra, ou de até 26h semanais com acréscimo de até seis horas extras. Antes, eram permitidas apenas 25h semanais, sem hora extra.



SALÁRIOS

Empresa poderá negociar redução de salário e jornada com o empregado. Nessa, o patrão vai dizer: ou você aceita isso ou não tem emprego.



ALMOÇO

Patrão poderá negociar com o empregado a redução do horário de almoço. Se o horário for reduzido, o tempo deve ser descontado da jornada de trabalho.



FÉRIAS

Poderão ser divididas em até três vezes. Antes da reforma, podiam ser divididas apenas em duas vezes.



BANCO DE HORAS

A empresa poderá negociar direto com o empregado, sem o Sindicato.



TERCEIRIZAÇÃO

Empresa poderá terceirizar todas as atividades, inclusive a principal. Se demitir, terá que esperar 18 meses para recontratar o ex-funcionário como terceirizado.



DEMISSÃO

Patrão poderá negociar com o empregado a rescisão do contrato de trabalho. Nessa, o trabalhador receberá só metade do aviso prévio e da multa de 40% do FGTS. E não terá direito ao seguro-desemprego.



HOMOLOGAÇÃO

Poderá ser feita na empresa, sem assistência do Sindicato. A presença do Sindicato só será obrigatória se constar de convenção coletiva de trabalho.



AÇÕES NA JUSTIÇA

O trabalhador que não comparecer a audiências ou perder ações na Justiça vai pagar custos do processo e honorários da parte contrária. Se o juiz entender que ele agiu de má fé, poderá fixar multa e pagamento de indenizações.



PONTOS DA LEI QUE FORAM ALTERADOS POR NOVA MP

TRABALHO INTERMITENTE

A empresa poderá convocar o trabalhador com três dias de antecedência e pagar por hora ou dia trabalhado. O contrato pode fixar uma penalidade pra quem não cumprir sua parte. Férias, FGTS, Previdência e 13º serão proporcionais. Trabalhador não terá direito ao seguro-desemprego.



GRÁVIDAS E LACTANTES

Proíbe que gestantes trabalhem em ambiente insalubre. As lactantes (que amamentam), porém, só ficam livres se apresentarem atestado médico. Se a trabalhadora se recusar poderá ser demitida.



AUTÔNOMOS

As empresas podem contratar autônomos e não haverá vínculo empregatício, ou seja, sem direitos. O contrato não poderá ser de exclusividade.



JORNADA 12X36

Empresa poderá estabelecer 12h de trabalho seguidas por 36h de descanso somente mediante negociação de acordo coletivo com o Sindicato. Não pode ser por acordo individual.



PREVIDÊNCIA SOCIAL

O governo retomou os ataques para votar a reforma da Previdência Social. E está mudando a sua proposta inicial para facilitar a aprovação no Congresso Nacional.

- Governo não abre mão da idade mínima de 62 anos (mulher) e 65 anos (homem) para a aposentadoria
- Mudança no cálculo vai exigir 44 anos de contribuição para ter benefício integral
- Mantém o tempo mínimo de 15 anos de contribuição pra aposentadoria – proposta inicial previa 25 anos. Mas quem completar idade mínima e 15 anos de contribuição receberá somente 50% da média salarial
- Nenhum benefício será menor que um salário mínimo

VAMOS DERRUBAR A LEI



Assine o Projeto de Lei de Iniciativa Popular que pede a revogação da lei 1346/17, da reforma trabalhista, também chamada de lei do trabalho escravo.